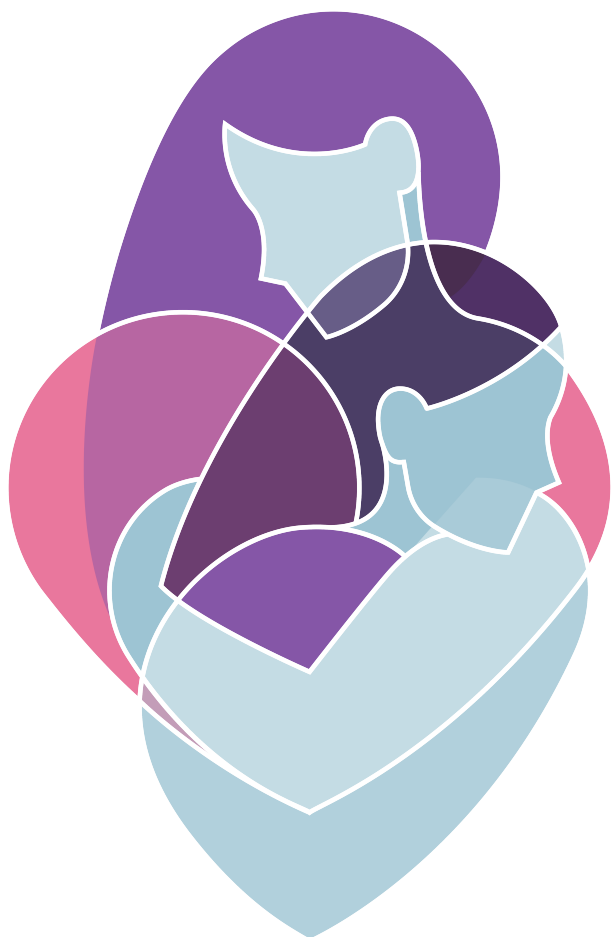




PROCURADORIA
DA MULHER
CÂMARA DE MARINGÁ



RELATÓRIO DE ATIVIDADES
MAIO DE 2021 A DEZEMBRO DE 2021

PROCURADORIA
DA MULHER
CÂMARA DE MARINGÁ



RELATÓRIO DE ATIVIDADES MAIO DE 2021 A DEZEMBRO DE 2021

Apresentação de relatório de Prestação de Contas da Procuradoria da Mulher da Câmara de Vereadores De Maringá do período de maio a dezembro, conforme previsto na Resolução nº 659 do regimento interno.

MARINGÁ
2021



SUMÁRIO

1. Apresentação
2. Ações de Institucionalização e Consolidação
3. Mapeamento da Rede de Proteção à Mulher e Parcerias
4. Acompanhamento de proposições referentes à Mulher no Legislativo Municipal
5. Posicionamentos formais em casos de violência institucional e discriminação contra a mulher
6. Eventos realizados pela Procuradoria da Mulher
7. Participação em eventos
8. Apoio e incentivo à instalação de Procuradorias da Mulher na região metropolitana de Maringá
9. Participação em Posses das Procuradorias da Mulher da Região Metropolitana
10. Atendimentos e encaminhamentos realizados
11. Projetos em desenvolvimento



1 | Apresentação

Nosso município está entre os 100 maiores em número de habitantes no País e, conforme estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), somos mais de 430 mil habitantes, dos quais mais de 50% são mulheres. Entre janeiro e maio de 2021 a Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM) de Maringá encaminhou à Justiça 1.029 solicitações de Medidas Protetivas.

No cenário político a sub-representação feminina é evidente, uma vez que as mulheres representam mais da metade do eleitorado maringaense, mas, ainda assim, legislatura recente não contou com a presença de nenhuma mulher eleita.

Considerando esses dados, por meio da Resolução nº 659, de 4 de maio de 2021, de iniciativa da Vereadora Ana Lúcia Rodrigues, a Procuradoria da Mulher foi instituída no Legislativo de Maringá, tendo como inspiração as Procuradorias Especiais da Mulher criadas no Senado Federal, Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas.

Esse órgão, que no próximo dia 4 de maio comemorará um ano de existência, tem como pressuposto não apenas zelar pelos direitos das mulheres, mas também difundir uma cultura que expresse valores de equidade, respeito, empoderamento e emancipação feminina.

As atividades desenvolvidas durante sua vigência são o assunto deste relatório, no entanto, além da prestação de contas, há também novos objetivos. O primeiro deles é agradecer a todos que contribuíram para que a criação dessa Procuradoria se tornasse realidade, em especial à OAB – Subseção Maringá, por sua participação ativa, e ao Presidente da Câmara, Mário Hossokawa, pela sensibilidade em acolher os novos argumentos apresentados.

A segunda intenção é convidar os Vereadores da 17ª Legislatura 2021/2024 e os colaboradores dessa Casa de Leis para acompanharem as ações que estão sendo desenvolvidas, bem como expressar um desejo de acolher novos e frutíferos projetos, para que a Procuradoria da Mulher da Câmara Municipal de Maringá seja referência na região.

Nossa visão:

Consolidar-se como referência na rede de apoio e proteção à mulher por meio de ações estratégicas e efetivas.

Nossa missão:

Atuar em rede, como um órgão dinâmico e moderno, aproximando-se da comunidade para zelar, fiscalizar e promover os direitos da mulher.

Nossos valores:

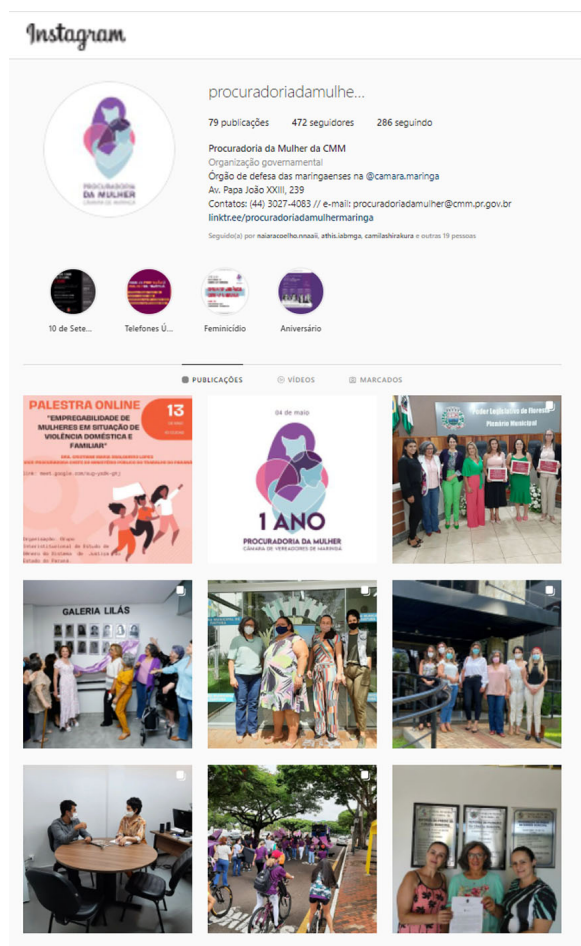
- Promover atendimento humanizado e acolhedor com maior efetividade possível;
- Prevenir a violência contra a mulher e trabalhar para a transformação dos padrões sexistas;
- Incentivar a participação feminina na política e nos espaços de poder;
- Influenciar no controle de ações que interfiram diretamente nos direitos da mulher por meio de políticas intersetoriais;
- Defender o respeito à dignidade da mulher e à diversidade.



2 | Ações de Institucionalização e Consolidação

Criamos um perfil institucional no Instagram e Facebook com o objetivo de conferir transparência às atividades desenvolvidas pela Procuradoria da Mulher da Câmara de Vereadores de Maringá, divulgar assuntos relacionados aos direitos das mulheres e construir uma rede de relacionamento com entidades parceiras, imprensa e sociedade em geral. Esses instrumentos promovem contato mais direto e desburocratizado, conferindo maior aproximação da comunidade com a instituição.

No que concerne à comunicação, contamos também com um número de telefone fixo atrelado ao WhatsApp Business, a fim de poder facilitar os atendimentos e manter o canal aberto mesmo fora do horário de expediente. Tal ferramenta mostrou-se de suma importância, principalmente ao considerar o período de pandemia pelo qual passamos e a necessidade de atendimento remoto.



3 | Mapeamento da Rede de Proteção à Mulher e Parcerias

Desde que foi instalada a Procuradoria oficialmente, realizamos visitas técnicas a vários entes que compõem a rede de proteção à mulher atuante no município com o objetivo de promover maior engajamento e articulação mais eficiente no enfrentamento à violência contra mulheres. Esses encontros nos ajudaram a entender a organização e funcionamento desses órgãos, além de proporcionarem uma troca de experiências e de boas práticas para o desenvolvimento de ações mais eficazes.

Em uma dessas reuniões foi firmada parceria com a Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres a fim de juntar forças para melhorar e ampliar a rede de atendimento (Figura 01).

Contamos com o apoio do Fórum Maringaense de Mulheres, presidido por Valquíria Aparecida Francisco, na ocasião, para solicitar oficialmente que a Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (DEAM) tivesse uma mulher como titular (Figura 02).

Estabelecemos parceria com a ONG Maria do Iná, que possui 21 anos de atuação e integra o Fórum Maringaense de Mulheres, representada no registro por Maria Madalena Dias (Figura 03).

Reunimo-nos com a Presidente do Conselho Municipal da Mulher, Eva dos Santos Coelho, para nos inteirarmos das atividades desenvolvidas (Figura 04). A convite da Procuradora da Mulher, a representante da entidade usou a tribuna do Legislativo durante Sessão Ordinária.

Estivemos na sede da Guarda Civil Municipal para conhecer de perto o trabalho da Patrulha Maria da Penha, coordenado pela Supervisora de Violência Doméstica, Silvana Soares e tivemos oportunidade de nos inteirar sobre o excelente atendimento prestado por essa equipe, inclusive por meio de relatórios mensais que são enviados à Procuradoria da Mulher (Figura 05).

Criada em 2017, a Patrulha Maria da Penha já tem mais de quatro anos de atuação. Operacionalizada pela Secretaria de Segurança, por meio da Guarda Municipal, é um dos ativos de proteção à mulher da Prefeitura de Maringá.

Nesse período 3.926 mulheres foram atendidas pelo serviço e abrigadas sob medidas protetivas, com afastamento do agressor. Há também um acompanhamento por parte da Patrulha que consiste em visitas periódicas na residência ou local de trabalho da vítima para verificar se ainda há situação de risco e se o agressor cumpre o que foi deferido pela justiça.

Caso não haja o cumprimento das determinações judiciais, a patrulha age de acordo com medidas cabíveis que podem ser desde o recolhimento de provas até a detenção do acometedor, quando localizado. Algumas mulheres recebem um dispositivo de segurança - botão do pânico - que é acionado em situação de violência doméstica, em especial quando o agressor descumpri medidas protetivas.

Visitamos outro importante órgão que compõe o sistema de proteção às mulheres em situação de violência, trata-se da Delegacia da Mulher de Maringá. Na oportunidade, podemos conversar com o Delegado responsável, Dr. Rodolfo Vieira Nanes, sobre como vinha sendo tratada a questão dos crimes de Importunação Sexual ocorridos na nossa região (Figura 06).





Fonte: Acervo Procuradoria da Mulher da Câmara de Vereadores de Maringá.



O delegado se colocou a disposição para colaborar de maneira mais integrativa com a rede de proteção do município e nos prestou alguns esclarecimentos sobre a aplicação da Lei Federal n. 13.718/2018, mais conhecida como Lei de Importunação Sexual, a qual torna crime “praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro”.



Fonte: Acervo Procuradoria da Mulher da Câmara de Vereadores de Maringá.



Conhecemos a sede do Centro de Referência de Atendimento à Mulher Maria Mariá (CRAMM) e conversamos com a Coordenadora e a Assistente Social responsáveis pelos acolhimentos. Criado em 2006, o CRAMMM oferece atendimento e acompanhamento social, psicológico e orientação jurídica à mulher em situação de violência e vulnerabilidade, assegurando o seu acesso às políticas públicas em defesa de seus direitos.



Fonte: Acervo Procuradoria da Mulher da Câmara de Vereadores de Maringá.

Outro instrumento de proteção às mulheres que fomos conhecer mais de perto foi a Casa Abrigo, local destinado ao atendimento de mulheres e crianças vítimas de violência que sofrem risco de morte. A casa, com mais de 700 m² de área construída, tem capacidade para abrigar mais de 20 pessoas e é mantida em sigilo para preservar a segurança das vítimas.

Também fomos conhecer o trabalho da Rede Feminina de Combate ao Câncer, entidade com mais de 30 anos de existência no município que atua por meio da realização de projetos nas áreas da assistência social, saúde e valorização humana.



Fonte: Acervo Procuradoria da Mulher da Câmara de Vereadores de Maringá.



A entidade tem como objetivo principal assistir usuários do SUS portadores de câncer, atendendo duas categorias: hospedados que usufruem da Casa de Apoio quando em Maringá para tratamento de quimioterapia e radioterapia, com 32 leitos disponíveis, e os cadastrados que recebem apoio e benefícios de acordo com suas necessidades.

Ainda de acordo com nossa abordagem intersetorial na construção de estratégias de trabalho em rede para construir objetos comuns de intervenção no enfrentamento mais articulado dos problemas, buscamos nos integrar com várias entidades, como: Comissão de Enfrentamento à Violência de Gênero da OAB Maringá (Cevige), Associação Maringaense LGBT, promotorias especializadas do Ministério Público, União Maringaense de Estudantes Secundaristas, entre outras.



Reunião com a CEVIGE na Procuradoria da Mulher.



Reunião com a Presidente da AMLGBT.



Reunião com a 14ª Promotoria de Justiça no Ministério Público

Fonte: Acervo Procuradoria da Mulher da Câmara de Vereadores de Maringá.





Reunião com representante da União Maringaense de Estudantes Secundaristas.

Fonte: Acervo Procuradoria da Mulher da Câmara de Vereadores de Maringá.



4 | Acompanhamento de proposições referentes à Mulher no Legislativo Municipal

Examinamos e emitimos parecer acerca do Projeto de Lei nº 16073/2021, de autoria do vereador Paulo Biazon, o qual pretendia alterar a data do Dia Municipal de Luta e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e suas Famílias, modificando-a do dia 25 de novembro, para o dia 26 de janeiro. A partir de contextualização dos fatos que deram origem à data instituída na referida Lei explicitamos os aspectos sócio-culturais e históricos envolvidos, a fim de emitir parecer contrário à proposição.

Também nos pronunciamos acerca do Projeto de Lei Municipal nº 15.991/2021, para que fosse realizado o veto parcial do § 3º do art. 1º-A em que constava:

“§ 3.º No caso da confirmação de trote por parte de mulher ao requisitar auxílio do estabelecimento comercial ou ao acionar a Guarda Municipal, a infratora estará sujeita a responder civil e criminalmente pelo ato praticado. (AC)”.

O que motivou a interferência, foi termos entendido que a não supressão desse parágrafo poderia comprometer e inocular o objetivo principal do ordenamento jurídico que era, inicialmente, o de prevenir a violência e estimular a vítima a denunciar.

Para embasar nossa decisão de maneira mais técnica, solicitamos parecer da Comissão de Enfrentamento à Violência de Gênero – CEVIGE da OAB/PR, o qual foi ao encontro da nossa requisição.

5 | Posicionamentos formais em casos de violência institucional e discriminação contra a mulher

Manifestamos apoio à vereadora Keila Zegobia (PSL), de Sarandi, pelos inadmissíveis ataques à sua honra proferidos por um cidadão durante Sessão Ordinária. No dia 13 de setembro de 2021, de forma grosseira, o agressor afastou-se da crítica legítima, concentrando-se em insultos e ofensas totalmente desprovidas de embasamento à pessoa da parlamentar, atitude que, além de inaceitável, foi criminoso. Na ocasião, fomos até a Câmara de Vereadores de Sarandi a fim de solicitar ao Presidente que as medidas cabíveis fossem tomadas (Figura 15).

Em outro momento, por entendermos que impedir a promoção da dignidade menstrual seja também uma violência contra essas mulheres, oficiamos a todos os deputados federais eleitos por Maringá que derrubassem veto do Presidente da República Jair Bolsonaro ao Projeto de Lei visando à distribuição gratuita de absorventes higiênicos para mulheres em situação de vulnerabilidade social. Em resposta ao ofício, o Deputado Enio Verri manifestou publicamente seu apoio (Figura 16).





15

Apoio à vereadora Keila Zegobia (PSL), de Sarandi.

Fonte: Acervo Procuradoria da Mulher da Câmara de Vereadores de Maringá.



16

Encontro com o Deputado Federal Enio Verri.

Fonte: Acervo Procuradoria da Mulher da Câmara de Vereadores de Maringá.



6 | Eventos realizados pela Procuradoria da Mulher

Realizamos a Mesa Redonda: Assédio Sexual não é bacana, é crime. O evento teve como objetivo compor a mobilização em apoio a todas as vítimas que denunciaram o tenente-coronel da Polícia Militar (PM) do Paraná e médico Fernando Dias Lima, conhecido como “Doutor Bacana”, pelos crimes de atentado violento ao pudor e assédio sexual, e também aprovar uma Carta Aberta assinada pelas autoridades, instituições e organizações participantes. O documento foi encaminhado ao Tribunal de Justiça do Paraná solicitando a reforma da sentença que absolveu o referido médico acusado.

ASSÉDIO SEXUAL NÃO É BACANA, É CRIME!

Médico Militar, acusado de assédio sexual contra mais de 40 mulheres, é absolvido pela Justiça Militar.

mesa redonda e mobilização em apoio às vítimas:

10 DE SETEMBRO, ÀS 9H

Câmara Municipal de Maringá

Transmissão no Canal Oficial da Câmara:
▶ [youtube.com/tvcamaramaringa](https://www.youtube.com/tvcamaramaringa)

organização:




debatedora:

PROFESSORA ANA LUCIA
Vereadora e Procuradora da Mulher da Câmara Municipal de Maringá

participantes:

CORONEL RITA APARECIDA DE OLIVEIRA
Representante das associações AVM, ASSOFEPAR, Clube dos Oficiais, SBSS e APML

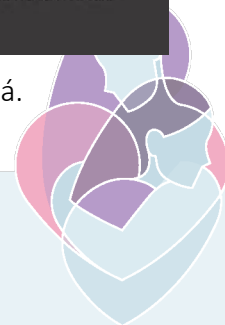
DR. MANOEL ANGELO ANTUNES VOITECHEN
Advogado da causa, OAB/PR Nº 49468

DRA. CRISTIANE MARIA SBALQUEIRO LOPES
Procuradora do Ministério Público do Trabalho do Paraná

DRA. ANA CLÁUDIA PIRAJÁ BANDEIRA
Presidente da OAB Seção Maringá

SARGENTO MARIA LÍGIA GUEDES
Vice-presidente da AMAI - Associação de Defesa dos Direitos dos Policiais Militares Ativos Inativos e Pensionistas

Fonte: Acervo Procuradoria da Mulher da Câmara de Vereadores de Maringá.



TENENTE-CORONEL MÉDICO
FERNANDO DIAS LIMA,
CONHECIDO COMO DOUTOR BACANA,
ACUSADO DE ASSÉDIO SEXUAL POR 30 MULHERES, É INOCENTADO PELA JUSTIÇA MILITAR.

MOBILIZAÇÃO EM APOIO ÀS VÍTIMAS. ASSINE A PETIÇÃO ONLINE:
<https://forms.gle/fcbuKQZUbDr1ueTB7>

CARTA ABERTA AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ

Nós, signatários desta Carta Aberta, vimos a público manifestar apoio e solidariedade às 30 mulheres vítimas dos crimes de atentado violento ao pudor e assédio sexual praticados pelo tenente-coronel médico da Polícia Militar (PM) do Paraná Fernando Dias Lima, "Doutor Bacana", como é conhecido, foi julgado pela Justiça militar e absolvido em primeira instância pelo Conselho Especial de Justiça Militar em 24 de junho de 2021. Dentre as denunciantes e informantes da denúncia apresentada pela 1ª Promotoria da Vara de Auditoria Militar à Justiça Militar do Estado do Paraná estão militares estaduais (recrutas, soldados, cabos, sargentos e oficial), todas subordinadas hierarquicamente ao agressor, além de civis (esposas de policiais militares).

Com esta finalidade, em 10 de setembro de 2021, estamos reunidos no evento "Assédio sexual não é bacana, é crime!", promovido pela Procuradoria da Mulher da Câmara de Vereadores de Maringá, em parceria com a Associação de Defesa dos Direitos dos Policiais Militares Ativos, Inativos e Pensionistas (AMAI), Associação da Vila Militar (AVM), Associação dos Oficiais Policiais e Bombeiros Militares do Estado do Paraná (ASSOFEPAR), Clube dos Oficiais da PMPR, Sociedade Beneficente dos Subtenentes e Sargentos (SBSS) e Associação dos Policiais Militares do Litoral (APML).

Clamamos por justiça às 30 vítimas! Para tanto, é imperioso, senão premente, endossar a coragem de mulheres vítimas de violência a denunciar seus algozes aos órgãos da rede de proteção dos direitos das mulheres, a fim de avançar no enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres.

Neste sentido, pedimos ao Tribunal de Justiça do Paraná a **REFORMA INTEGRAL** da referida sentença, que apesar de reconhecer as condutas criminosas praticadas pelo acusado, responsáveis por marcar de forma permanente a vida das vítimas, além de toda dor e angústia sofridas, deixou de responsabilizar o agressor por todo o constrangimento e ofensa à honra das mulheres, postura condenável e inaceitável.

Estamos cientes de que a Polícia Militar do Estado do Paraná vem desenvolvendo atividades para enfrentar e punir estas práticas repugnantes, no entanto sem esquecer as mulheres que já sofreram tais violências e exigem **JUSTIÇA!**

Maringá, 10 de setembro 2021.

Fonte: Acervo Procuradoria da Mulher da Câmara de Vereadores de Maringá.

No dia 10 de dezembro de 2021 promovemos a Reunião Pública: "Vamos falar de violência política contra a mulher?", a qual tratou do assunto regulamentado pela Lei nº 14.192, de 4 de agosto de 2021, que estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher.

O objetivo do evento foi divulgar os direitos assegurados pela nova legislação na criminalização da violência política contra a mulher e na garantia dos direitos de participação política e de exercício de funções públicas. Na ocasião, a Profa. Dra. Gisele Mendes palestrou e explicou como ocorre o processo de afastamento das mulheres da política e de espaços de poder no mundo público.

reunião pública:

VAMOS FALAR SOBRE VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA A MULHER?

10 DE DEZEMBRO, ÀS 9H30
Local: Câmara de Vereadores de Maringá

acompanhe pelos links:
facebook.com/camaramunicipalde.maringa
youtube.com/tvcamaramaringa

organização: **PROCURADORIA DA MULHER CÂMARA DE MARINGÁ**

apoio: **MARINGÁ MULHER** **CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ**

mediação:

PROFESSORA ANA LUCIA
Vereadora e Procuradora da Mulher da Câmara de Vereadores de Maringá

palestrante:

DRA. GISELE MENDES
Professora Associada do Departamento de Direito Público e Diretora do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da UEM



Fonte: Acervo Procuradoria da Mulher e Câmara de Vereadores de Maringá.





Fonte: Câmara de Vereadores de Maringá.



7 | Participação em eventos

Em parceria com o Ministério Público foi realizada Audiência Pública para discutir o tema: “Direito das gestantes e parturientes ao acompanhamento”. A reunião contou com a presença de várias doulas, além de representantes dos hospitais da rede pública e credenciada ao SUS, entidade representativa das gestantes, profissionais de saúde e agentes públicos que atuam nessa área. Na ocasião, foram firmados importantes compromissos: realização de uma cartilha, por parte da Secretariada Mulher, a ser entregue às gestantes desde o início do pré-natal, para que tenham conhecimento dos seus direitos; elaboração de um Projeto de Lei para garantir o direito da presença das enfermeiras obstétricas em estabelecimentos hospitalares, equiparando-as às doulas; fixação de cartazes, nas Unidades de Saúde e estabelecimentos hospitalares, contendo as informações dos direitos das mulheres gestantes ao acompanhante e fortalecimento das políticas na macrorregião noroeste, por parte da 15ª Regional de Saúde.

PREFEITURA DE MARINGÁ

Audiência Pública 24/11 • 14horas

DIREITO DAS GESTANTES E PARTURIENTES AO ACOMPANHAMENTO

Câmara Municipal de Maringá
Av. Papa João XXIII 239

*Lei Federal nº 11.108/2005

Obrigatório o uso de máscara, álcool em gel e respeito ao distanciamento social

Aprovação

MARINGÁ MULHER

CMMM
Conselho Municipal da Mulher de Maringá

PROCURADORIA DA MULHER
CÂMARA DE MARINGÁ

MINISTÉRIO PÚBLICO do Estado do Paraná

MULHER

Fonte: Prefeitura de Maringá.



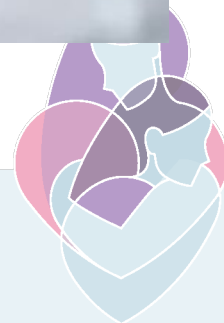


Fonte: Câmara de Vereadores de Maringá.





Fonte: Câmara de Vereadores de Maringá.



8 | Apoio e incentivo à instalação de Procuradorias da Mulher na região metropolitana de Maringá

Ao longo de quase um ano de trabalho, visitamos 16 das cidades que compõem a região metropolitana de Maringá a fim de incentivar a instalação de Procuradorias da Mulher nos legislativos desses municípios. Nesses encontros, explicamos sobre o passo-a-passo para se criar uma procuradoria e oferecemos assessoria remota às vereadoras que demonstraram interesse em realizar esse projeto. Dos municípios acompanhados, muitos já realizaram a posse das Procuradoras e outros estão em processo de instalação.



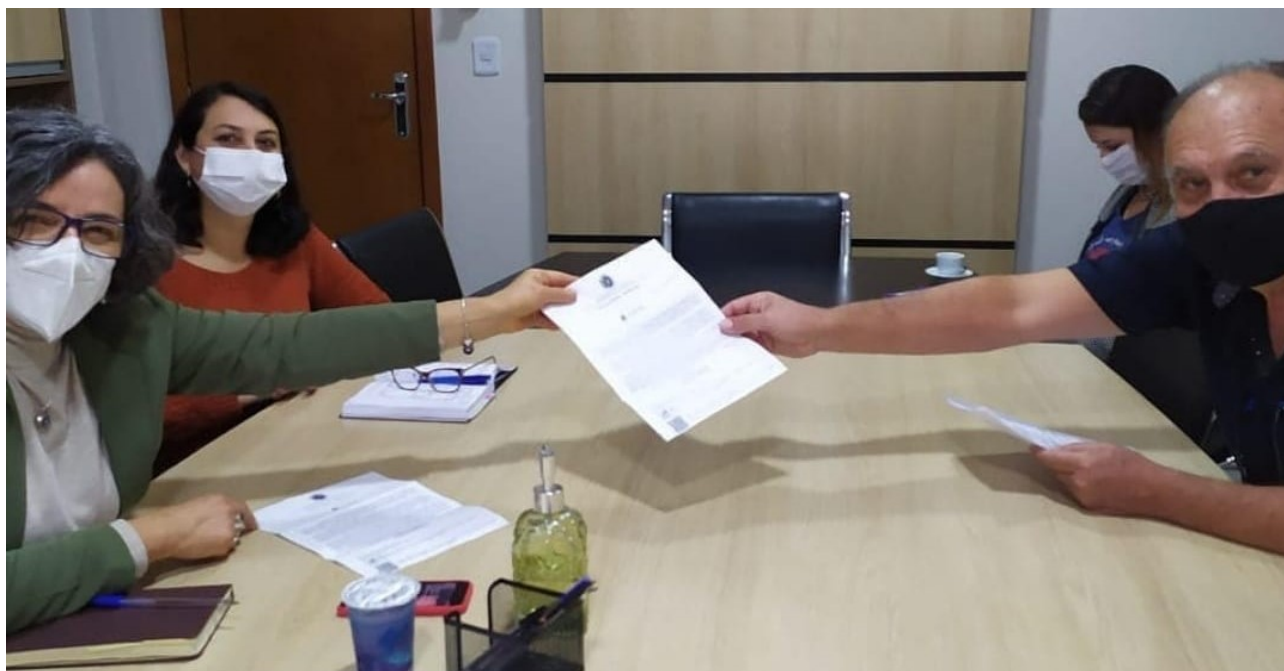
Visita a Câmara Municipal de Paiçandu.



Visita à Câmara de Sarandi.

Fonte: Acervo Procuradoria da Mulher e Câmara de Vereadores de Maringá.





Visita à Câmara de Mandaguari.



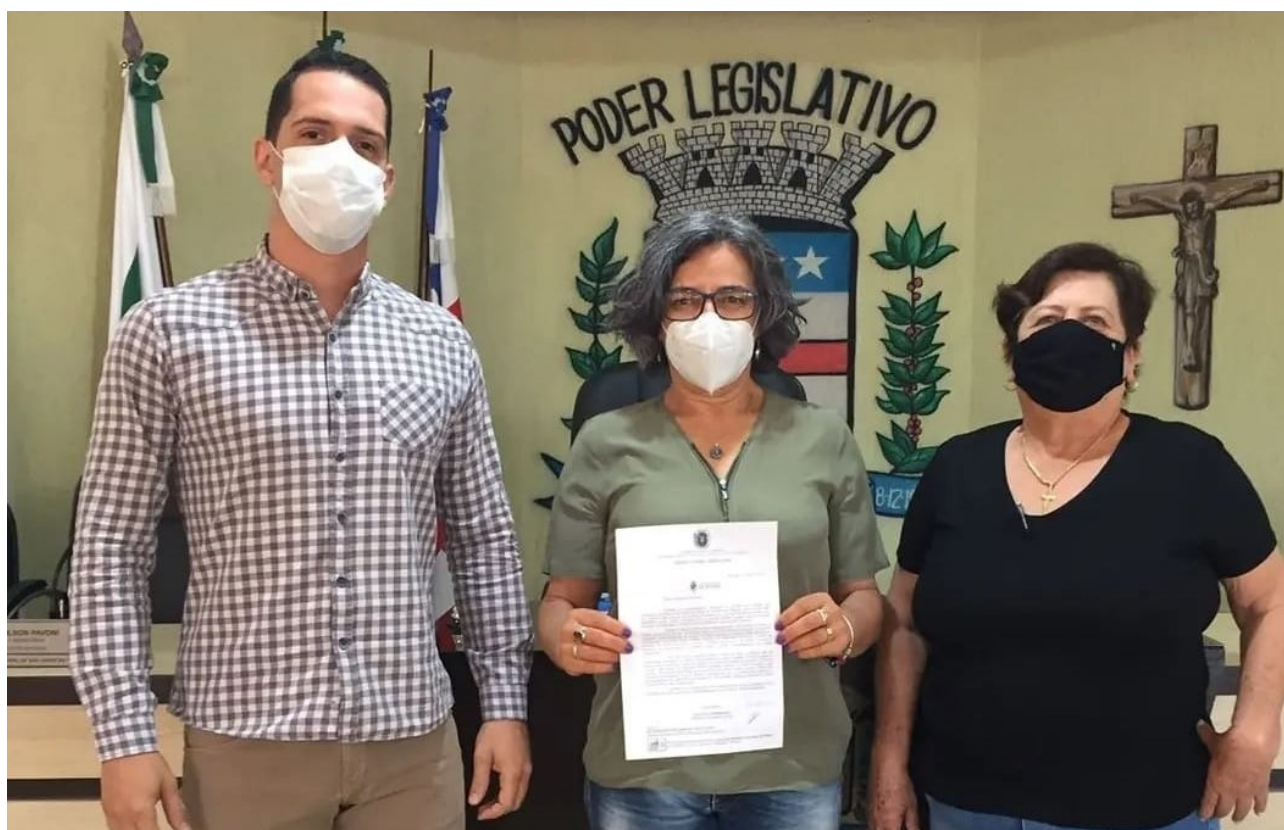
Visita à Câmara de Marialva.

Fonte: Acervo Procuradoria da Mulher e Câmara de Vereadores de Maringá.





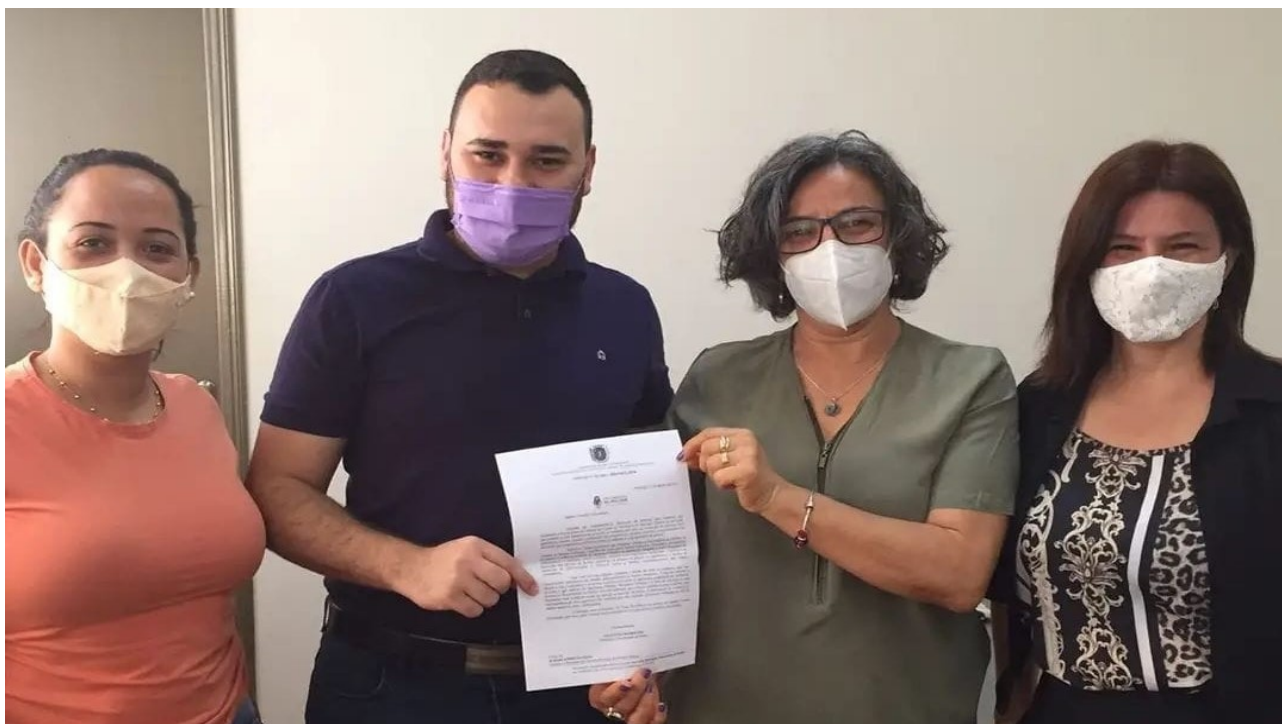
Visita à Câmara de Floresta.



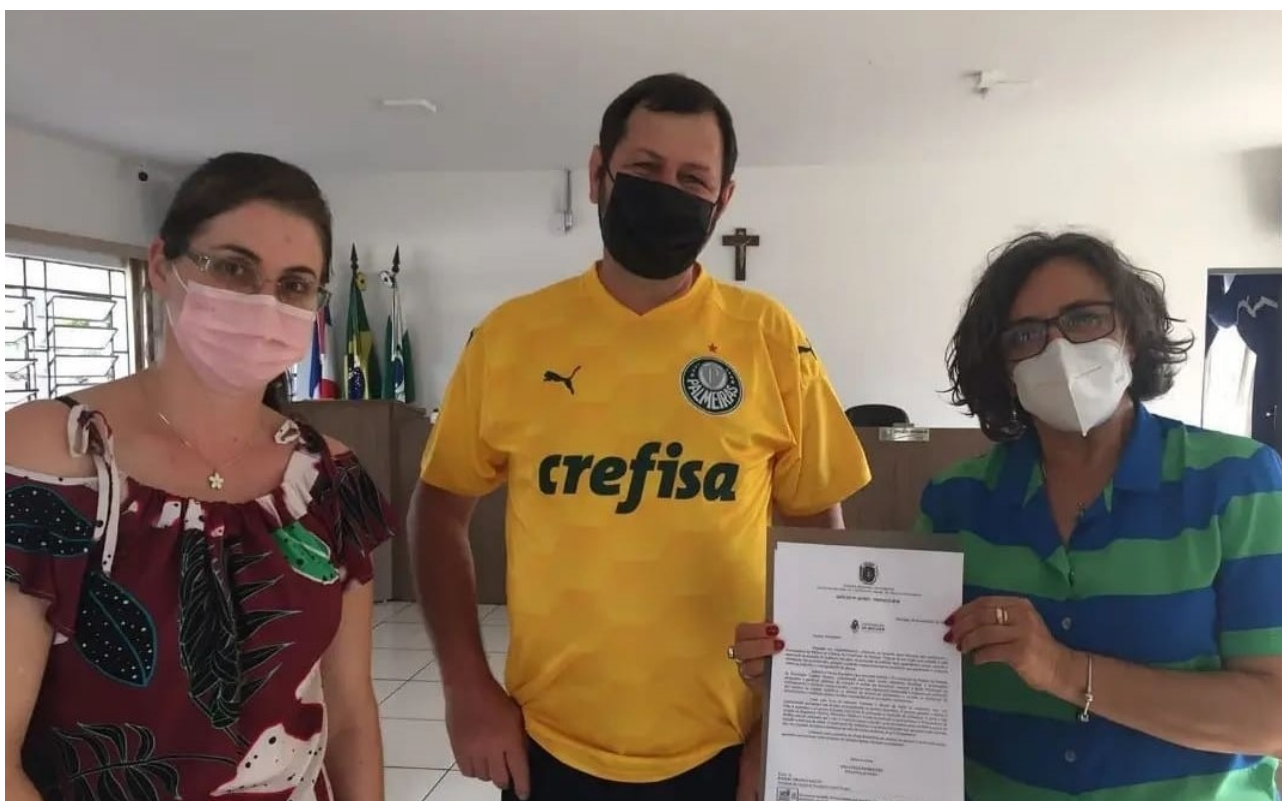
Visita à Câmara de São Jorge do Ivaí.

Fonte: Acervo Procuradoria da Mulher e Câmara de Vereadores de Maringá.





Visita à Câmara de Doutor Camargo.



Visita à Câmara de Presidente Castelo Branco.

Fonte: Acervo Procuradoria da Mulher e Câmara de Vereadores de Maringá.





Visita à Câmara de Itambé.



Visita à Câmara de Lobato.

Fonte: Acervo Procuradoria da Mulher e Câmara de Vereadores de Maringá.





Visita à Câmara de Santa Fé.



Visita à Câmara de Flórida.

Fonte: Acervo Procuradoria da Mulher e Câmara de Vereadores de Maringá.





Visita à Câmara de Ivatuba.

Fonte: Acervo Procuradoria da Mulher e Câmara de Vereadores de Maringá.

9 | Participação em Posses das Procuradorias da Mulher da Região Metropolitana

A implantação da Procuradoria da Mulher está sendo estudada em todas as Câmaras de Vereadores das cidades da Região Metropolitana supra citadas. Em algumas, inclusive, a instalação já ocorreu em sessões solenes, das quais a instituição de Maringá foi honrosamente convidada. São elas:



Instalação da Procuradoria da Mulher na Câmara de Vereadores de Marialva, 1 de junho de 2021.

Fonte: Câmara de Vereadores de Marialva.





Instalação da Procuradoria da Mulher na Câmara de Vereadores de Marialva, 1 de junho de 2021.
Fonte: Câmara de Vereadores de Marialva.



Instalação da Procuradoria da Mulher na Câmara de Vereadores de Itambé.
Fonte: Acervo Procuradoria da Mulher e Câmara de Vereadores de Maringá.



10 | Atendimentos e encaminhamentos realizados

Realizamos 8 atendimentos durante o período de vigência da Procuradoria, os quais foram analisados e enviados aos órgãos responsáveis para os devidos encaminhamentos. Depois de recebidos, na medida do possível tentamos acompanhar o desdobramento dos casos.

Também recebemos denúncia referente a suspeita de abuso ocorrido na cidade de Paiçandu, o qual foi repassado para o Conselho Tutelar do Município tendo em vista tratar-se de menor de idade.

11 | Projetos em desenvolvimento

Estamos trabalhando no desenvolvimento de um projeto que visa a difundir a Lei Maria da Penha. Tal iniciativa pretende, inicialmente, atender alunos e educadores de escolas públicas e particulares da cidade do nosso município, tendo como objetivo mostrar a importância desta lei e ajudar a conscientizar os estudantes sobre a necessidade de combater a violência contra a mulher, com vistas à prevenção da Violência Doméstica.

Também pretendemos instituir um programa denominado “Parlamento das Mulheres” que visa a incentivar maior participação feminina na política.

DASY MEIRA SANTOS
Coordenadora da Seção da Procuradoria da Mulher

ANA LÚCIA ROGRIGUES
Procuradora da Mulher

